

Apresentação

Histórias e Memórias Outras: caminhos contra os silenciamentos da história única

Elison Antonio Paim
Helena Maria Marques Araújo

Vivemos num tempo em que, o culto ao protagonismo do “indivíduo” e do individualismo de estilo neoliberal; percebemos sistematicamente uma série de hostilidades e agressões ao pensamento social crítico e às ciências em geral, em prol de uma apologia à ignorância, aos racismos, aos regimes ditatoriais além de um forte apelo a um anti-intelectualismo.

Vivemos num tempo em que, destacam-se ações múltiplas e diversas sistematicamente desenvolvidas para o apagamento e homogeneização das diferenças entre os diversos grupos humanos e suas histórias, memórias, conhecimentos, maneira de ser e estar no mundo e assim perpetrar a História Única (Adichie, 2019) narrada apenas em perspectiva eurocentrada.

Vivemos num tempo em que, as memórias são minorizadas descartadas em nome das memórias oficiais, hegemônicas que privilegiam algumas pessoas como sujeitos históricos e em detrimento dos apagamentos das memórias dos sujeitos comuns.

Vivemos num tempo em que, a História se constitui, via de regra, como instrumento para propagação e perpetuação de uma forma única de pensar um mundo único.

Esta forma de fazer história muito contribuiu e contribui para a imposição da normatização, normalização, homogeneização e apagamento das diferenças.

Vivemos num tempo em que, a lógica eurocêntrica, cristã, patriarcal, racional, moderna são preponderantes e as diferenças foram e são pensadas como algo ruim, negativo e que deve ser apagado do interior das escolas e do ensino. Nesse tempo diferença é associada a

um problema a ser resolvido, à deficiência, ao déficit cultural e à desigualdade”. Diferentes são aqueles que apresentam baixo rendimento, são oriundos de comunidades de risco, de famílias com condições de vida de grande vulnerabilidade, que têm comportamentos que apresentam níveis diversos de violência e incivilidade, os/as que possuem características identitárias que são associadas à “anormalidade” e/ou a um baixo capital cultural. Enfim, os diferentes são um problema que a escola e os educadores têm de enfrentar, e esta situação vem se agravando e não sabemos como lidar com ela. Esta é a tônica que predomina nos relatos dos educadores. Somente em poucos depoimentos a diferença é articulada a identidades plurais que enriquecem os processos pedagógicos e devem ser

* Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (Profhistória-UFSC) da Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutor em Ensino de História de África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) de Lubango, Angola. Doutor em Educação pela Unicamp e Mestre em História pela PUC-SP. Líder do grupo de pesquisa Pameduc (UFSC), Vice-líder do grupo de pesquisa Rastros (USF). Bolsista Produtividade CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7509-5572>. E-mail: elison0406@gmail.com.

** Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1985), Mestrado em Educação pela PUC-Rio (1998) e Doutorado em Ciências Humanas - Educação pela PUC-Rio (2012), Pós-doutora pela Escola de Educação da UNIRIO (2018). É Procientista UERJ e Professora Titular de História do CAp /UERJ. Membro do corpo docente do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional de Ensino de História - Profhistória/ UERJ. E-mail: hmaraujo.maosaobra@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2067-4187>.

reconhecidas e valorizadas (Candau, 2012, p.239).

Vivemos num tempo em que perdeu-se a possibilidade de perceber as diferenças como uma riqueza favorável à construção de produção de conhecimentos que seja intercultural, isto é, utilize as diferenças em favor da construção de sujeitos que saibam conviver respeitando as diferentes formas de ser e saber dos diferentes sujeitos.

Vivemos num tempo em que o pensamento da educadora equatoriana Catherine Walsh (2009) defende a necessidade de construirmos conhecimentos pautados na interculturalidade crítica. Interculturalidade que para Vera Candau (2012) deve questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos socioculturais, étnicorraciais, de gênero, orientação sexual, religiosos, entre outros. A interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais.

Em contraposição aos tempos de apagamentos e silenciamentos...

Vivemos num tempo em que, escolhemos modos outros de perceber as diferentes realidades, formas outras de bem viver e conviver, formas outras de solidariedade, experiências educativas outras, concepções e temas históricos outros.

Vivemos num tempo em que, buscamos outras explicações para os múltiplos modos de viver no presente e em tempos pretéritos.

Vivemos num tempo em que, surgem o pensamento decolonial, as pedagogias decoloniais e a interculturalidade crítica nas pesquisas, nas práticas sociais e políticas outras, na construção de memórias contra-hegemônicas, na busca de histórias marcadas pelos grupos historicamente

silenciados em contextos periféricos urbanos e rurais.

Vivemos um tempo em que, é preciso a contraposição a História Única que teima em se impor; é preciso falar, escrever, gritar, denunciar as atrocidades, silenciamentos e apagamentos históricos que excluem as possibilidades de diferenças. Para tal, enquanto profissionais da História e trabalhadores com memórias contrahegemônicas, precisamos lutar contra os apagamentos, os silenciamentos, os epistemicídios e então trazer para nossas atividades histórias outras. Histórias outras que evidenciem as diferenças, as multiplicidades de gênero, de raça, de etnia, de classe de forma interseccional, ou seja, de forma a compreendê-las de forma integrada e complementar.

Acreditamos que um tempo outro é possível! Um tempo para esperançar, explicitar as diferenças, de julgar e punir aqueles que contribuíram e contribuem para a dominação, o caos, o silêncio, o medo e apagamento histórico.

Como expressão de nossa esperança e fazer acadêmico propusemos este dossiê acolhendo artigos sobre estudos na área de História e campo das memórias em perspectiva decolonial/intercultural. Agregamos estudos e diálogos decoloniais/interculturais contemplando pesquisas sobre conhecimentos em espaços formais, informais e não formais.

Este número da Revista Cadernos do CEOM é composto por um dossiê com 16 artigos de autores brasileiros, de um angolano e de um moçambicano; são 5 artigos de demanda contínua e uma resenha. O conjunto de artigos expressam uma diversidade de locais de origem dos autores Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe, Santa Catarina, Ceará, Paraná, Pará, Amazonas, Rio Grande do Norte, Tocantins e Rio Grande do Sul.

No primeiro artigo Fabrício Dias Martins e Helena Maria Marques Araújo intitulado “A aula vai virar baile! O Movimento Black Rio e as

(re) existências negras e periféricas como fonte para o Ensino de História". Os autores abordam o movimento *Black Rio* – surgido nos anos 1970 no contexto da Ditadura Civil Militar brasileira (1964-1985) –, que representa potente resistência contra a repressão política e cultural e empoderamento identitário negro. Analisam a influência dos "bailes *soul*" como espaços de "saberes emergentes", produtores de pertencimento e afeto da negritude no Rio de Janeiro por meio de sua dimensão educativa e possibilidades de contribuição para o fortalecimento de grupos populares com a produção de memórias contra hegemônicas. O referencial teórico da pesquisa fundamenta-se no pensamento decolonial e nas questões étnico-raciais. A metodologia utilizada inclui a análise de músicas, vestuário, material fonográfico (discos vinil), fotografias, estilo de dança dos bailes, notícias e documentações oficiais do Estado ditatorial brasileiro. Os bailes *soul* e o movimento *Black Rio* foram cruciais na criação de espaços de empoderamento identitário negro, desafiando a discriminação imposta pelo regime militar. Tais eventos não só promoveram a música e a moda como a expressão da negritude, também se configurando como ato político de resistência lutando por igualdade racial no Brasil. Portanto, promovem práticas educativas em prol de justiça social e justiça racial.

No segundo artigo "A gente precisa da terra para viver: dilemas territoriais na aldeia Xukuru-Kariri Cristo do Goití (Palmeira dos Índios/AL)", Erick Charlles Oliveira Silva, Ezequiel Pedro Farias Cajueiro e José Adelson Lopes Peixoto discutem os desdobramentos e faccionalismos políticos no território indígena da Aldeia Xukuru-Kariri Cristo do Goití, em Palmeira dos Índios-AL. O objetivo foi discutir como o território se relaciona com a imaterialidade sociocultural, influenciando as práticas religiosas e cotidianas dos indígenas. A pesquisa sendo relevante por inserir a

comunidade nas discussões sobre cultura, religião e questões indigenistas, ampliando futuros estudos e fortalecendo as reivindicações políticas e sociais. A metodologia incluiu pesquisa de campo, observação, entrevistas gravadas com moradores e lideranças indígenas. O referencial teórico se baseando em estudos sobre História Oral, o conceito de território e a diáspora forçada dos povos Xucuru e Cariri. A análise final destacou a importância dos laços de parentesco nas relações sociopolíticas endógenas desses indígenas emergentes.

Em "Aquilombando a UFS: a atuação do Coletivo Negro Beatriz Nascimento" Lídia Carla Araújo dos Anjos, José Luanderson Santos Andrade e Edinéia Tavares Lopes apresentam resultados de pesquisa realizada no período da pandemia da COVID-19 sobre a atuação do coletivo de estudantes negros/as da Universidade Federal de Sergipe (UFS) denominado Coletivo Negro Beatriz Nascimento (CNBN). Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa de campo inspirada na Investigação da Ação Participativa (IAP) de Fals Borda, com aplicação de questionário e entrevista aberta, além de levantamento documental e revisão de literatura na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Criado em 2018, por incentivo do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Sergipe (NEABI-UFS), as iniciativas protagonizadas pelo CNBN fortaleceram os debates sobre as políticas afirmativas, além dos processos de autoafirmação da identidade negra de estudantes antirracistas.

Por outro lado, Tainá Silva Cândido, José Carlos Mendes e Viviane Kraieski de Assunção em "Corpo-memória e pedagogias de frestas: contranarrativas quilombolas como forças que des(educam)" investiga como as contranarrativas quilombolas, ancoradas no corpo-memória e nas pedagogias de frestas vivenciadas por Tinho, operam como forças des(educativas) que desestabilizam as formas

hegemônicas de conhecer e existir. A pesquisa se baseia em observações e experiências na comunidade, bem como em entrevistas em profundidade e na escrevivência, conceito desenvolvido por Conceição Evaristo. A escrevivência se manifesta por meio de cartas enviadas por Tinho, nas quais ele compartilha aspectos profundos das experiências vividas na comunidade, tecendo uma contranarrativa que confronta a colonialidade do poder, do saber e da natureza, estruturas que historicamente subalternizam populações negras e indígenas. Nesse contexto, o lócus de enunciação é compreendido como um espaço simultaneamente político e epistêmico. Destaca-se um conhecimento que é gerado a partir de experiências corporais, ancestralidades, subjetividades, afetividades, emoções e identidades. Esse saber se contrapõe ao universalismo abstrato que se apresenta como neutro, mas que, na verdade, oculta relações de poder e dominação. Assim, existir, ser, estar e reivindicar a própria identidade, cultura e conhecimento tornam-se atos de resistência e afirmação que transcendem a dimensão ontológica, assumindo, portanto, um caráter onto-epistemológico.

Em “Educação do corpo: biopolítica e biopoder em Belém do Pará, entre o final do século XIX e o início do XX” de Gabriel Pereira Paes Neto e Eduardo Paiva de Pontes Vieira tratam de modos de ver e educar o corpo em Belém do Pará. Mostra-se como modos de ginásticas e esportes foram selecionados e montados de forma que se tornassem supostamente corretos, instrumentalizando o corpo como alvo de poder. O recorte temporal para este estudo abrange o final do século XIX e o início do XX. Os documentos analisados são tomados como monumentos a serem desmontados, isto é, os ditos arquivos passam a ser interrogados em sua produção e com intencionalidade de perscrutar as relações de poder que incidem sobre a disciplinarização dos

corpos.

No artigo seguinte “Memórias de uma infância negra em Maracanaú” Rebeca Silva de Oliveira e Henrique Cunha Junior tem por objetivo compreender, através da narrativa autobiográfica, os aspectos que constituem a memória da experiência de uma infância negra passada no território de Maracanaú, Ceará. Encarando a cidade enquanto um lugar de memória, a pesquisa entrelaça a relação da história do lugar junto às vivências particulares e coletivas que formam a identidade local. A partir de uma abordagem qualitativa e de metodologia autobiográfica, memórias de infância são resgatadas, refletindo sobre os contextos socioeconômico e cultural de Maracanaú, sendo possível perceber nas experiências a presença da cultura afrodescendente, através de costumes, alimentação, festejos e tradições, em contraponto à constante desvalorização da memória e da existência histórica dessa comunidade no município. O estudo se dispõe a destacar o valor da memória e da narrativa de si, para a preservação da história e identidade das populações negras e periféricas em contexto urbano.

Já “Memórias dos anciãos moçambicanos de Chinhampere: em busca de epistemologias, saberes e narrativas “outras” discute o que Inácio Márcio de Jesus Fernando Jaquete e Cyntia Simioni França desenvolveram na pesquisa da dissertação desenvolvida no programa de Pós-Graduação em História Pública UNESPAR – campus Campo Mourão-PR, cuja tessitura foi atravessada por discussões que problematizam a prevalência das colonialidades de poder e de saber, herdadas do sistema colonial, que mesmo com as “independências” administrativas, continuam classificando, excluindo saberes e conhecimentos africanos, em função da geopolítica do saber eurocentrado. Concentram-se em questionar as colonialidades

que dão sequência ao projeto colonial subalternizando saberes e conhecimentos nativos e seus protagonistas, e, por conseguinte, apontar algumas possibilidades de insurgências e de derrubadas das colonialidades de saberes, por meio de ações combativas e de resistência, que no contexto da pesquisa, foram firmadas e concretizadas no processo de produção de conhecimentos históricos com protagonistas “outros” (anciões) da comunidade de Chinhampere, em prática de rememoração benjaminiana. A escuta atenta das memórias permitiu acolher saberes e conhecimentos produzidos cotidianamente em terras rurais do continente africano que abarcam a racionalidade e sensibilidade. Essa é uma tessitura dialogal com os anciões moçambicanos numa produção de conhecimentos históricos de enfrentamento e combate à geopolítica dos conhecimentos eurocentrados e na busca de narrativas “outras”.

Também em “Memórias dos trabalhadores negros nos engenhos de rapadura do Cariri cearense” os autores, Rafael Ferreira da Silva, Meryelle Macedo da Silva e Henrique Cunha Junior tem como objetivo principal refletir sobre as memórias dos trabalhadores negros nos engenhos de rapadura do Cariri cearense. Para tanto tiveram como método a afrodescendência, que os insere no espaço geográfico de modo objetivo e subjetivo para estabelecer o contato com as africanidades, propiciando conexões com a nossa ancestralidade e o reconhecimento do pensamento africano nos lugares. Como procedimentos metodológicos realizaram uma revisão de literatura e uma pesquisa de campo, especificamente nos municípios de Crato e Barbalha. Os conhecimentos africanos presentes nos engenhos caririense é a continuidade de um legado de África e que foi transferido pelas memórias individuais e coletivas dos africanos durante a diáspora forçada.

“Memórias e experiências da seca no

município da Chibia província da Huíla – Angola”, apresenta a pesquisa realizada por Vandesse Mouzer Lopes Girão e Elison Antonio Paim. A temática resulta de um estudo iniciado em 2019, fruto da estiagem que várias pessoas viveram na região Sul de Angola, propriamente no Município da Chibia, o mesmo culminou com o trabalho de pesquisa efetuado no âmbito da obtenção do grau de Mestre em Ensino de História de África no Instituto Superior de Ciências de Educação – ISCED Huíla. O Estudo teve como objetivo registrar memórias e experiências de moradores rurais quanto aos modos de vida durante os períodos de seca, através dos resultados provenientes das entrevistas. Trabalharam diretamente com aqueles intervenientes do processo de estiagem, ou seja, foram feitas várias entrevistas principalmente nas áreas mais afetadas pela estiagem, falaram com moradores rurais, autoridades administrativas e tradicionais. As entrevistas permitiram colher dados sobre o impacto socioeconómico, impacto na saúde das populações, as migrações e as políticas de resiliência usada pelo Governo e as populações para mitigar os impactos da seca.

No artigo “Memórias e trajetórias de Dona Maria Natalina Santos Costa (1943-): uma sacerdotisa das encantarias afro-amazônicas em Belém (PA)”, Cláudia Patrícia Nunes Almeida, Diogo Jorge de Melo, Priscila Faulhaber, Ana Cristina Silva Souza e Ramon Augusto Teobaldo Alcantara abordam as memórias e história de vida de Dona Maria Natalina Santos Costas, sacerdotisa afrorreligiosa do tambor de mina e umbanda/pajelança da cidade de Belém (PA). Focalizam um recorte de sua trajetória, da sua iniciação até os dias atuais. Destacam assim o seu chamado, quando foi iniciada por Dona Maria Aguiar no Tambor de Mina; sua ida para umbanda, com Dona Nevinha; e sua provação e resignação. Decorridos a partir da morte de seu marido, fato que a afastou de sua religiosidade e a levou para

o Maranhão, se cuidar com Zé Negreiros. Ao longo da narrativa são observadas complexas relações sociais, a presença de importantes personalidades históricas, assim como questões raciais, de estigma e uma complexa rede sociabilidade, identificada a partir de relações de compadrio interclasse.

Thiago Florêncio em “O Pelourinho e o Manto: batalhas de memória entre a escrita colonial e a gira anticolonial Tupinambá” procura compreender as batalhas de memória em torno da escrita colonial jesuítica e das giras anticoloniais tupinambás. Relaciona a formação da escrita colonial às primeiras experiências de catequização do jesuíta Manoel da Nóbrega, cuja prática cotidiana de escrever cartas a seus irmãos jesuítas, dentro da doutrina dos Exercícios Espirituais, se desdobra no Plano Civilizador, primeira legislação indigenista que determinou o estabelecimento do pelourinho nos aldeamentos e de um controle mais vigilante e violento sobre os corpos indígenas. Procura demonstrar que a escrita colonial de Nóbrega se perfaz na tentativa simultânea de apagar as corporeidades indígenas e de territorializar seus corpos. Num segundo momento, procura compreender como o campo de memória, que se quer inscrever através da consolidação da escrita colonial, é disputado pelas resistências rituais indígenas, com seus mantos e suas giras, cujos modos de existência pela perspectiva da performance do tempo espiralar agenciam outros campos de memória coletiva, livres das dicotomias excludentes e das lógicas de captura da escrita colonial.

No artigo “O protagonismo de Humberto Teixeira de Lima: um olhar sob a perspectiva da antropolítica na comunidade do Redenção, em Mossoró – RN”, os autores - Maria da Conceição Santos de Lima Sousa e Luan Gomes dos Santos de Oliveira narram as histórias e memórias em torno do trabalho do líder comunitário Humberto Teixeira de Lima como um vislumbre de uma política mais

humana e fraterna. Sob a perspectiva dos conceitos de Pensamento Complexo, da Antropolítica e da Fraternidade como categoria política, esse estudo busca compreender as conexões entre subjetividades e a participação de múltiplas vozes na construção de saberes e na prática de uma política de humanização.

“O “Tempo do Mato vive: a luta contracolonial Laklánō Xokleng em Santa Catarina, Brasil” apresenta a pesquisa de Iclícia Viana, Débora Laa Priprá, Simoniel Aristides Faustino Patté e Kátia Maheirie, se debruçam sobre uma faceta da luta Laklánō Xokleng em Santa Catarina, Brasil, entre meados de 1850 e 1914. O artigo visibiliza algumas das narrativas documentadas sobre memórias do “tempo do mato” – a organização social e política dos Laklánō Xokleng antes da colonização. Os resultados demonstram que a luta contracolonial deste povo iniciou com o enfrentamento físico, um contra-ataque em defesa do “tempo do mato”. A violência produzida ontem e hoje configura-se como um método que tem por pressuposto a ideia de raça, de superioridade racial branca, e que é letal. Mesmo com toda a mortandade produzida pelos projetos de expansão territorial e econômica em Santa Catarina, o “tempo do mato” resiste por meio de ações contracoloniais, como por exemplo da juventude que busca visibilizar a ancestralidade e cria caminhos de enfrentamento aos pressupostos racistas que seguem operando o etnogenocídio da colonização de hoje.

No artigo “Os fios de Ananse (Anansi) e as outras historiografias na América Latina e Caribe” Claudia Miranda afirma apoiar-se em uma tessitura teórico-metodológica inspirada nos fios de Ananse (Anansi), produzidos no âmbito dos movimentos realizados em redes formativas, identificadas com processos de descolonização da educação. Em diálogo com profissionais partícipes de movimentos pedagógicos e de redes formativas na Colômbia e no Brasil, elabora um quadro propositivo deslocando, das margens para

o centro, concepções advindas das ações e propostas de comunidades afrodescendentes e indígenas, convocadas a reinventar percursos com tecnologias sociais próprias das narrativas ancestrais. Para tanto, reinterpreta, com gestoras/es, docentes e estudiosas/os antirracistas, percursos sobre outras tessituras em redes dialógicas acionadas para o trabalho que implica disputar saberes e conhecimentos historiográficos.

Adriana Aparecida Belino Padilha de Biazi, Gennis Martins Timóteo e Jéssica Lícia da Assumpção no texto intitulado “Os irmãos ‘mitológicos’ Kuaray (Sol), Djatchy (Lua), Kamé e Kanhru: narrativas ancestrais, memórias vivas e os significados para além dos conceitos e a cosmologia feminina” apresenta as histórias ancestrais e memórias vivas do povo Kaingang e do povo Guarani a partir das narrativas dos irmãos “mitológicos”. As histórias de Kuaray, Djatchy, Kamé e Kanhru trazem os elementos e a representação do Sol e Lua e contém ensinamentos que permeiam a construção do ser indígena, incluindo o sagrado feminino. O intuito também é desmistificar o termo mito e mitologia para se compreender o significado e a importância que essas histórias têm para os povos indígenas que eles compartilham e transmitem conhecimentos para o entorno da construção da subjetividade e identidade. São histórias que partem do passado ancestral, mas que trazem ensinamentos culturais para os dias atuais.

Por fim, mas não por último, o dossiê termina com o artigo nominado “Pela escrita de outra(s) história(s) da educação: da criação dos espaços de memória escolar em Sergipe a possibilidades de pesquisas acerca da cultura juvenil” escrito por Simone Paixão Rodrigues, João Paulo Gama Oliveira e Rosemeire Macedo Costa apresenta fontes sobre a cultura juvenil sergipana, que estão salvaguardas nos arquivos de três escolas da rede pública de ensino do estado de Sergipe, o Centro de Excelência Atheneu Sergipense, o Instituto de Educação Rui Barbosa

e o Colégio Estadual Murilo Braga. Apropriando-se dos aportes teóricos e metodológicos da História da educação e do diálogo com os conceitos de Cultura Juvenil, Cultura Escolar, Herança Educativa, Patrimônio, as análises aqui empreendidas mostram como esses acervos possibilitam escrever outras histórias dos alunos e seus protagonismos. Revelam discentes que se formaram a partir do que era ensinado e aprendido, da obediência e da transgressão, da ordem e das normas, dos modos de vida e de pensar, que produziram uma cultura que dialogava e se impunha no contexto social e político, que se constituiu e se definiu como cultura juvenil forjada.

Além do dossiê, este número do periódico Cadernos do Ceom tem por complemento alguns artigos, como: “A Pastoral do Menor na redemocratização brasileira: construindo o ideário dos direitos infantojuvenis” de Camila Serafim Daminelli e Ismael Gonçalves Alves. O segundo artigo “As florestas de castanhais dentro da Amazônia Tocantina: experiências sociais, conflitos, alianças e resistências” de Adriane dos Prazeres Silva. Num outro artigo também temos a oportunidade de ler sobre a “Casa do Sertão: Museu, Identidade e Território” de Claudia Roberta Lima Carvalho e Lima e José Raimundo Oliveira Lima. Outro artigo é “Entre conquistas e frustrações: a ação coletiva em associações rurais em Capitão Poço (PA) entre 1960 e 2022 na Amazônia Oriental, Brasil” de Dalva Maria da Mota, Roselany de Oliveira Correa e Heribert Schmitz. Por fim, não menos importante, o artigo “Tradições Gaúchas e processos de educabilidade: os governadores Alceu Collares, Yeda Crusius e Eduardo Leite (1991-2024)” de Thiago Ellert Pilz e Mateus Silva Skolaude. Além disso, é apresentado por Geverson Ampolini a resenha de “A Era da Incerteza: disruptão, democracia e o futuro global”.

Por fim, considerando todo o trabalho realizado, com tantos sujeitos envolvidos, esperamos que esse Dossiê cumpra o seu papel,

qual seja, o de socializar conhecimentos que nos façam refletir sobre a necessidade de trazermos à luz em atividades de estudos, ensinos e extensões as *Histórias e Memórias outras* e operar fissuras epistêmicas e metodológicas no paradigma etnocêntrico de ciência e promova a pluriversidade de saberes e conhecimentos comprometidos com a alteridade historicamente invisibilizados pelo paradigma moderno-colonial. Tenham uma boa leitura, sempre crítica, atenta e na perspectiva de fazer avançar o debate das memórias e histórias em bases outras, isto é, decoloniais, interculturais, contracoloniais e contrahegemônicas.

Referências

ADICHIE, Chimamanda, Ngozi. **O perigo de uma História única**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 235-250, Campinas/SP, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Educação intercultural na América latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7letras, 2009. pp. 12-42.